

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PROPEDÊUTICA AO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO CPC/2015 .....</b>	<b>21</b>
1.1 O princípio da cooperação como norma fundamental de processo: dogmática do art. 6º do CPC/2015 .....	21
1.1.1. Premissas conceituais .....	25
1.2. Manifestações da doutrina nacional sobre o princípio da cooperação processual anteriores ao CPC/2015 .....	29
1.2.1. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira .....	30
1.2.2. Lúcio Grassi de Gouveia .....	33
1.2.3. Fredie Didier Jr. ....	34
1.2.4. Daniel Mitidiero.....	38
1.2.5. Dierle Nunes.....	41
1.2.6. Antônio do Passo Cabral.....	44
1.2.7. Lorena Miranda.....	46
1.3. Eficácia normativa do princípio da cooperação sobre o CPC/2015: a distinção entre norma jurídica e texto de lei .....	47
1.4. Ressonâncias do princípio da cooperação na construção dos pronunciamentos jurisdicionais .....	50
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CPC/2015 .....</b>	<b>55</b>
2.1. O desenvolvimento, no ordenamento jurídico brasileiro, do dever de fundamentação das decisões judiciais .....	55

2.1.1.	A regra constitucional de motivação das decisões, a garantia do contraditório e o devido processo legal.....	59
2.1.2.	Racionalidade, controlabilidade e integridade dos pronunciamentos jurisdicionais.....	64
2.2.	Os requisitos mínimos do dever de fundamentação oponível ao Poder Judiciário: clareza, coerência, completude (fática e jurídica) e concretude .....	68
2.2.1.	As decisões não fundamentadas, conforme os §§ 1º e 2º do art. 489 do CPC/2015.....	71
2.2.2.	Consequências jurídicas da ausência de fundamentação das decisões .....	80

## CAPÍTULO 3

	<b>FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA DAS POSTULAÇÕES JUDICIAIS NO CPC/2015 .....</b>	<b>83</b>
3.1.	Conteúdo jurídico da fundamentação das postulações processuais: exposição da causa e da argumentação jurídica....	83
3.1.1.	A exposição da argumentação fática e jurídica na contestação.....	88
3.1.2.	Clareza e coerência .....	90
3.1.3.	Dialeticidade nos recursos e nas demais postulações .....	94
3.2.	Eficácia do princípio da cooperação sobre a postulação das partes .....	102
3.2.1.	Viabilidade jurídica da interpretação extensiva do art. 489, §§ 1º e 2º, do CPC/2015.....	106
3.2.2.	As hipóteses específicas da ação rescisória (art. 966, § 6º, do CPC/2015) e da ação de exigir contas (art. 550, §§ 1º e 3º, do CPC/2015).....	114
3.2.3.	O ônus de declinar o valor considerado como devido como concretização da cooperação processual.....	118
3.2.4.	As consequências dogmáticas da aplicação do ônus da fundamentação analítica no CPC/2015 .....	123
3.2.4.1.	Aplicação, na ausência de fundamentação analítica, do art. 321 do CPC/2015, a inépcia da petição inicial, art. 330, I, do CPC/2015, e os deveres cooperativos .....	129

---

3.2.4.2. Exame sobre o alcance do art. 932, III e parágrafo único, do CPC/2015: jurisprudência, literalidade, direito comparado e doutrina .....	133
3.3. Exame da jurisprudência sobre o tema .....	138
3.3.1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça .....	138
3.3.2. Outros precedentes judiciais .....	143
3.4. A materialização do ônus de fundamentação analítica das postulações das partes no CPC/2015 .....	152
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>159</b>